**Aluno:** Pedro Falci Cardoso

**Disciplina:** SEMINARIO DE ORIENTACAO DE TCC II - TL8R8

**Docente:** Prof. Doutor Marcos Daniel Motta Drummond

**Área:** Lazer

# **Título**: CONSTRUÇÃO DO LAZER COMO UM DIREITO SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: REIVINDICAÇÕES POPULARES ENVIADAS À ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE

**Resumo**: A partir da Constituição Federal de 1988, o lazer ganha *status* de direito social sendo assegurado expressamente pelo artigo 6º do texto constitucional. Diante desse contexto, o lazer passa a possuir o mesmo grau de importância que outras relevantes temáticas, como a educação, a saúde e o trabalho. Para subsidiar os trabalhos desenvolvidos durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, o Senado Federal criou em 1986, o Projeto Constituição, um dos programas responsáveis por permitir a participação popular no processo de elaboração da Carta Magna. Para tal fim, o referido projeto disponibilizou um formulário no qual qualquer cidadão seria capaz de encaminhar aos constituintes suas sugestões e opiniões sobre a nova Constituição. A fim de compreender os anseios dos participantes do Projeto Constituição a respeito do lazer, essa pesquisa analisou todos os formulários remetidos a esse projeto que, de algum modo, abordaram essa temática, o que totalizou 674 formulários analisados. Foi delineado o perfil socioeconômico dos autores dessas sugestões por meio do tratamento de dados, tendo sido constatada uma predominância de homens, com o primeiro grau incompleto, residentes na zona urbana, solteiros, com idade entre 15 a 19 anos, sem rendimentos e com "Outras Atividades" como atividade profissional. As sugestões populares foram avaliadas sob o ponto de vista de quatro aspectos: proposta central da sugestão, favorecido do pedido, vinculação do lazer com outras temáticas e compreensão do proponente sobre o tema. Majoritariamente, essas propostas demandaram solicitações por acesso ao lazer, equipamentos de lazer e salários capazes de contemplar o lazer. Os cidadãos brasileiros foram os beneficiários mais favorecido pelos proponentes ao longo das sugestões. Ademais, a análise também indicou demandas convergentes com os significados e entendimentos do lazer como um direito social.

**Palavras-chave:** Lazer, Projeto Constituição, Direito Social e Constituição Federal de 1988.